

REVISÃO INTEGRATIVA DE ESTUDOS SOBRE O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DAS LEGISLAÇÕES NA GARANTIA DO DIREITO AO PARTO NORMAL HUMANIZADO NO BRASIL (APOIO SANTANDER-UNIP)

Alunas: Andresa Leme Quirino e Thays Andrade Gonçalves

Orientador: Prof. Dr. Wellington Rodrigo de Souza

Curso: Enfermagem

Campus: Bauru

Este estudo teve como objetivo identificar, na literatura científica nacional, latino-americana e caribenha, pesquisas sobre o papel das políticas públicas e das legislações na garantia do direito ao parto normal humanizado no Brasil, além de realizar uma revisão crítica das políticas públicas e legislações da administração federal brasileira voltadas à temática. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, desenvolvida nas bases Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), bem como de uma revisão crítica das leis relacionadas ao parto humanizado e ao parto normal humanizado, por meio de buscas no portal do Senado Federal e nas abas do Observatório e da Procuradoria da Mulher. A coleta de dados no site do Senado foi realizada entre os meses de janeiro e março de 2025, e a revisão integrativa ocorreu nos meses de maio e junho do mesmo ano. Foram incluídas e analisadas 24 publicações, de um total de 698, e seis leis da esfera federal. Nenhuma das publicações mencionou diretamente o parto normal humanizado, e nenhuma das leis analisadas se referia especificamente a essa modalidade de parto — o que configura um descuido legislativo, considerando que o parto normal ainda está frequentemente associado a experiências de medo, desamparo, tortura e a uma maior incidência de violações de direitos. Conclui-se que o tema permanece incipiente tanto na literatura científica nacional, latino-americana e caribenha quanto na legislação federal brasileira, apesar de o arcabouço jurídico da federação contemplar o

**XXVII Encontro de Iniciação Científica e
Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação**

respeito às escolhas das parturientes e à sua integridade moral, corporal e psíquica durante o parto.